



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0023/08	DATA: 19/02/2008
INÍCIO: 14h43min	TÉRMINO: 16h10min	DURAÇÃO: 1h27min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h27min	PÁGINAS: 39	QUARTOS: 18

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Aprovação do roteiro dos trabalhos da CPI. Apreciação de requerimentos constantes da pauta.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar causas, conseqüências e responsáveis pela morte de crianças indígenas por subnutrição entre 2005 e 2007.

Informo os Srs. Parlamentares que já foi distribuída a cópia da ata da 2ª reunião, realizada no dia 13 do corrente mês. Por isso, pergunto se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Peço dispensa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Solicitada a dispensa de leitura da ata pelo Deputado José Guimarães.

Dispensada a leitura, coloco a ata em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão.

Aprovada a ata da 2ª reunião, realizada no dia 13 de fevereiro.

Comunico aos Srs. Deputados o recebimento, por esta Presidência, do ofício da Liderança do Partido Socialista Brasileiro — PSB, informando a saída do Sr. Deputado Marcelo Serafim como titular desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Comunico ainda que a Consultoria Legislativa designou 2 consultores, os Srs. Luiz Almeida de Miranda e Fábio de Barros Correia Gomes, para prestar assessoramento técnico legislativo e especializado a esta Comissão.

A presente reunião, continuação da reunião anterior, destina-se à elaboração do roteiro dos nossos trabalhos

Antes de franquear a palavra aos Srs. Deputados para a elaboração do roteiro, esta Presidência gostaria de reiterar alguns procedimentos das atividades desta Comissão.

Solicito aos Srs. Deputados que sempre que desejarem sugerir nomes que gostariam fossem ouvidos em audiência pública, requerer diligências, tomar depoimentos de autoridades, requisitar documentos, ou quaisquer outros procedimentos inerentes aos interesses da presente Comissão Parlamentar de Inquérito, deverão apresentar por escrito, determinando a condição em que, no caso específico de depoente, ele comparecerá, se na qualidade de testemunha ou de convidado.



Os requerimentos deverão ser encaminhados com antecedência à Secretaria para que sejam numerados e publicados na Ordem do Dia.

Reitero aos Srs. Deputados que os requerimentos extrapauta só serão apreciados quando precedidos de votação nominal de outro requerimento, por um terço dos membros da CPI, de acordo com o art. 52, § 5º, do nosso Regimento Interno.

No tocante a requerimentos de quebra de sigilo, esses deverão ser encaminhados com a respectiva fundamentação.

Solicito aos nobres pares que, ao manifestarem o desejo de falar, declinem seus nomes para efeito de identificação pela Taquigrafia.

Passamos, senhoras e senhores, à deliberação da nossa proposta de trabalho.

Os senhores têm em mãos o roteiro de trabalho elaborado pelo Sr. Relator, o Deputado Vicentinho Alves, e também têm uma proposta de trabalho do Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Pela ordem, Deputado Geraldo Resende, Deputado José Guimarães, Deputado Ilderlei Cordeiro.

Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, eu trouxe uma proposta de trabalho em cima daquela que foi apresentada na semana passada, mas como eu vejo que o Relator, que deve ter discutido com a Consultoria e nos apresenta uma proposta nova, em que, inclusive, corrige alguns dos erro que eu verifiquei naquela proposta de convocação de entidades ou de instituições que não é responsável pela saúde indígena, principalmente no tocante à questão da nutrição que vamos discutir, então, eu entendo que a proposta de trabalho que apresento pode servir de subsídio à proposta já feita pelo Relator, no sentido de a gente agilizar. Ela serve somente como uma proposta subsidiária à proposta que o Relator já apresentou, para que a gente dê seguimento, com mais celeridade, aos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - S.Exa. o Deputado Geraldo Resende já transforma a sua sugestão numa proposta subsidiária à proposta do Relator.



Deputado José Guimarães, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Dando prosseguimento ao que nós aprovamos na reunião anterior, vamos ouvir o Relator. Ele vai fazer sua exposição e, ao final, abriremos a discussão para os demais Parlamentares que desejarem se manifestar. É o meu encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o colega Deputado Ilderlei Cordeiro.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Também concordo. Vamos deixar ele encaminhar seu roteiro de trabalho e, depois, entramos na discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente, eu quero fazer justiça ao Deputado Osmar Júnior, que muito contribuiu conosco na elaboração desse trabalho, e os Consultores, que muito contribuíram para o aprimoramento da proposta inicial.

Como eu disse, na reunião anterior, nós gostaríamos que fosse encerrado, exatamente para que pudéssemos preparar um bom roteiro.

Todos têm em mãos a proposta de roteiro de trabalho. Naturalmente, todos já têm conhecimento. Então, nós temos a sistemática dos trabalhos, os procedimentos — isso para ser mais breve, Sr. Presidente —, o exame dos fatos. Claro que estão as entidades com que iremos trabalhar, no caso da FUNAI, no caso da FUNASA, no caso do Departamento da Saúde Indígena, no caso do Conselho Distrital de Saúde Indígena, no caso do Conselho Indigenista, no caso de representação de Estados e municípios, as lideranças indígenas e do Conselho Distrital de Saúde de Dourados, do Estado do eminente Deputado Geraldo.

De modo que aqui está o roteiro, e eu solicito de V.Exa., Presidente, que o coloque em apreciação e em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Ao roteiro que V.Exas. têm em mãos, serão, após a discussão e deliberação, juntadas as sugestões de V.Exas. que nós vamos deliberar.



Já temos 20 requerimentos na nossa Ordem do Dia que também promovem determinadas sugestões que deverão ser anexadas a esses roteiros de convites e de convocações que foram definidos pelo Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, só para agradecer o Deputado Geraldo Resende a contribuição, e aquilo que nos for possível, naturalmente, nós iremos acatar, para aprimorar mais ainda o nosso roteiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, há alguns requerimentos extrapauta. Eu estou sugerindo, e gostaria que o Plenário deliberasse sobre isso, que pudéssemos apresentar os requerimentos, esses que estão na pauta, mas e também que colocássemos os que estão extrapauta na votação de hoje. Se pudermos aprová-los, poderemos dar condições para o Relator já fazer um cronograma, inclusive ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - ... das convocações.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ... privilegiando aquelas autoridades ou aquelas instituições que gostaríamos de ouvir, para que pudéssemos ter logo na semana que vem, no mais tardar, ou nesta semana mesmo, e já começarmos o trabalho efetivo da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Dr. Rosinha, com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, serei muito rápido. No tocante aos requerimentos de quebra de sigilo bancário — é só um lembrete; não está escrito aqui; se o Relator e os demais membros assim entenderem, devemos escrever — a votação sempre será nominal, porque tem que ter o *quorum* para votação nominal ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - No extrapauta?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não. Na quebra de sigilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sim. Já foi esclarecido, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É. Mas não está escrito no texto..



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço a orientação de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Outra questão. Quando li o roteiro, eu não observei os requerimentos que estão para ser votados. Acredito que todos já devem estar incluídos, porque, quando se fala em levantamento do número de crianças indígenas mortas nos últimos 10 anos e assim por diante, todos eles tem que ter um requerimento. Acredito que o Relator já deve ter apresentado todos, para, se for o caso, votarmos hoje e começar a fazer a análise dos documentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço a V.Exa. a orientação. Determino à Secretaria que imediatamente entregue a pauta a V.Exa. Os requerimentos estão todos aqui.

Com a palavra o Deputado Urzeni Rocha.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, mal estamos começando os trabalhos, e eu já me preocupo com o andamento e os resultados deles.

Pelo número de requerimento hoje apresentados, e pela vontade e disposição que vejo em cada Parlamentar membro desta Comissão, acho que isso vai demandar muito trabalho. Todo o tempo que temos para concluir o trabalho desta CPI não vai dar nem para o começo. Porque, por exemplo, só o Deputado Geraldo Resende apresentou, se não me engano, 15 requerimentos.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Doze requerimentos.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Doze requerimentos. E quem sou eu para interferir no trabalho e na disposição do Deputado Geraldo Resende. Mas eu vejo isso como, vamos dizer, um fator que pode atravancar o trabalho, porque eu acho que tem de haver prioridade para que possamos deslanchar e realmente chegar aonde a sociedade brasileira quer: saber sobre a razão das mortes das crianças indígenas no Brasil. O Mato Grosso do Sul é apenas o foco que gerou tudo isso.

Então, na verdade, isso me preocupa, porque, se não houver um entendimento de estabelecer prioridades nesses requerimentos, nós vamos ficar aqui ouvindo um monte de gente que talvez não seja o ponto central da CPI e nosso trabalho não vai chegar àquilo que nós desejamos.



Essa é uma preocupação que eu apresento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Urzeni Rocha, eu reconheço a preocupação de V.Exa. Devemos votar hoje os requerimentos que estão em pauta, que estão na Ordem do Dia. Vamos votar os requerimentos e oferecer as condições ao Relator para sistematizar as oitivas. Eu entendo a preocupação de V.Exa. Antes do Deputado Geraldo Resende, desejo ouvir o Deputado Ilderlei Cordeiro. Tem V.Exa. com a palavra.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, pelo o roteiro de trabalho desta CPI, vemos apenas levantamento dos programas governamentais destinados à nutrição infantil. Como se pode falar sobre nutrição infantil sem falar sobre a saúde? Quantas doenças infantis são causadas pela subnutrição! Eu acho que nós tínhamos que mencionar a saúde indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Fica a sugestão de V.Exa. para a apreciação do Sr. Relator. Eu gostaria, para concluir a discussão da pauta dos nossos trabalhos, de ouvir o Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, primeiro, eu quero discordar do nobre colega Urzeni Rocha. A experiência que nós tivemos na condução da comissão externa que verificou *in loco* a questão da desnutrição infantil em Dourados, no Mato Grosso do Sul, inclusive no próprio Mato Grosso, nos dá subsídios para podermos elencar o número de requerimentos que apresentamos. Há outros requerimentos, Deputado Urzeni: há mais 6 requerimentos extrapauta. Inclusive, estou pedindo até que V.Exa. os apoie.

Mas isso vai dar condições para que possamos dar munção ao Relator e, depois, ele submeter à Comissão, para que possamos elencar aqueles que vamos ouvir primeiro. É lógico que, conforme o desenrolar da própria CPI, nós poderemos subsidiar o trabalho com a convocação dessas pessoas cujos requerimentos de antemão já tenham sido aprovados, se o forem.

Não há nenhum requerimento, Deputado Urzeni, que implique morosidade, que tenha outra motivação acerca da condução desse trabalho. É a experiência que nos motivou, é o conhecimento que temos, enquanto ex-Secretário de Saúde do Estado, da situação da comunidade indígena. O envolvimento dessas pessoas não



só na condução de alguns problemas , mas também na responsabilidade de poder verificar o andamento desses programas é que nos possibilitou apresentar um número expressivo de requerimentos. Não existe outra razão de minha parte a não ser dar uma contribuição efetiva para o bom andamento desta comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado José Guimarães, pela ordem; Deputado Pastor Manoel, V.Exa. já está inscrito; Deputado Macris, Deputado Janete é a seguir, Deputado Waldir.

Deputado José Guimarães, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, nós acabamos de aprovar um roteiro. Tem razão o nobre Deputado Urzeni Rocha ainda que o Deputado Geraldo Resende tenha feito ponderações. Nós aprovamos um roteiro que diz, no item 4, que as autoridades expositoras nas audiências públicas já estão mais ou menos concatenadas com o objetivo da CPI. Eventualmente, um ou outro pode ser agregado, mas já tem FUNAI, FUNASA, DESAI, CIMI, representante do Estado do Mato Grosso do Sul, de município, Conselho do Estado de Saúde de Dourados. Então, o roteiro que nós aprovamos, feito com muito cuidado pelo Relator, dá o tom naturalmente de quais autoridades devem ser convidados. Evidentemente, cada Deputado tem o direito de apresentar o requerimento que quiser. Mas eu pondero V.Exa. para que, no momento da feitura das audiências de oitiva, leve em conta o prazo da CPI. Considerando principalmente o fato de que temos um ano eleitoral, se ela for prorrogada por mais 60 dias, vamos chegar a 4 ou 5 de maio, porque ela foi criada em dezembro. Portanto, não podemos passar o ano e rebolar para o segundo semestre essa questão.

Então, eu estou ponderando no sentido de que haja certa centralidade. O Relator, ao preparar as propostas de oitiva, deve considerar aquelas pessoas e instituições que são centrais para o objeto da CPI.

Então, eu estou, com todo o respeito ao Deputado Geraldo Resende, ponderando isso para não ficarmos patinando. Tudo bem, até eu queria apresentar requerimentos. Mas se cada um apresentar — não estou tirando o direito de ninguém apresentar requerimentos — daqui a pouco, não teremos nem como chamar 30 pessoas para depor aqui. A CPI tem início, mas ninguém sabe quando vai terminar.



Então, estou ponderando que os requerimentos aprovados se submetam a um acordo, a uma negociação, ao roteiro que nós aprovamos. Senão, não tem sentido o roteiro que nós acabamos de aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nós estamos caminhando na mesma estrada. Só há uma sugestão do Deputado Ilderlei Cordeiro, e o Relator vai falar daqui a pouco sobre ela.

A suave Deputada Janete Rocha Pietá tem a palavra.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sr. Presidente, Deputados e Deputadas, queria concordar com a proposta do Deputado Vicentinho Alves, Relator. Mas no ponto 3, Do Exames dos fatos, o primeiro item diz o seguinte: "*Levantamento do número de crianças indígenas, com menos de 5 anos, mortas nos últimos 10 anos*". Eu gostaria de acrescentar, se os meus nobres pares aceitarem, a caracterização cultural das aldeias indígenas.

Por quê? Porque costumes ancestrais de algumas tribos indígenas consideram que criança doente deve esperar que Deus decida. Então, nós temos que avaliar a caracterização cultural daquela aldeia para avaliar o que houve, como se situa a situação.

É apenas um acréscimo que pode contribuir para o entendimento, tendo em vista a cultura diferenciada de algumas aldeias indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Concordo com V.Exa.

Deputado Pastor Manoel Ferreira, V.Exa. tem a palavra.

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Sr. Presidente, as colocações que eu estou ouvindo mostram que estamos todos na mesma direção. Nós temos uma pauta de 20 requerimentos. Desses 20 requerimentos, 12 são da lavra do nobre Relator. Eu acho que nós já podíamos aproveitar o momento, já que essa é a pauta, para começarmos ir analisando e votando os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Concordo com V.Exa.

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Essa a minha observação. Ir lendo uma por uma; depois as outras que forem chegando, serão elencadas dentro da mesma seqüência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Muito lúcido, Deputado Pastor Manoel Ferreira.



Vamos ouvir, para concluir a pauta relativa ao roteiro, os Deputados Vanderlei Macris e o Deputado Waldir Neves, que estava inscritos.

Com a palavra o Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, eu queria só me manifestar para que pudéssemos dar, do ponto de vista dos procedimentos, uma agilidade maior nos nossos trabalhos. Eu concordo com a preocupação do Deputado Urzeni Rocha, de que nós tenhamos de focar mais diretamente quais são os pontos mais importantes que devemos tratar a partir de agora.

Eu vejo que o volume de requerimentos é bastante alto, mas, entre eles, existem alguns que são fundamentais para começarmos a trabalhar. Como, por exemplo, os referentes ao Presidente da FUNASA, ao Presidente da FUNAI, e outros tantos apresentados, como o de termos em mãos o relatório da Assembléia Legislativa do Mato do Sul...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Esse nós já temos.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - ... Presidente do CIMI. Quer dizer, existem alguns movimentos que precisamos fazer que são prioritários. Então, eu não vejo dificuldade em que aprovemos os requerimentos todos. Mas, aí vai o bom senso da Presidência, depois, em dar essa prioridade dentro dessa perspectiva para que possamos começar rapidamente. Até porque os representantes dessas entidades — FUNASA, FUNAI, CIMI e outras — seria fundamental que viessem logo no começo dos trabalhos. E, ao final, alguns talvez tenham que voltar para fazer depoimentos novamente. Por quê? Durante o processo de debates, de discussão, de depoimentos, muitas dúvidas vão surgir, e provavelmente será necessário a presença de pessoas que já tenham comparecido anteriormente.

Então, eu não vejo por que não aprovarmos os requerimentos todos, embora, evidentemente, possa ter divergência sobre um e outro. E aí V.Exa., Sr. Presidente, com o bom senso que o caracteriza, juntamente com o Relator, definirá as prioridades para o nosso trabalho já nas próximas semanas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Vanderlei Macris sugere, com alguma propriedade — ouço V.Exas., Srs. Deputados —, a aprovação em bloco dos requerimentos, já na segunda etapa. Inicialmente, vamos votar o roteiro, mas já fica a sugestão do Deputado Vanderlei Macris.



Vamos ouvir o Deputado Waldir Neves e depois o Deputado Sebastião Madeira.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Sr. Presidente, nobres pares, a minha fala é na linha da do Deputado Vanderlei Macris. Eu também entendo, eu não vou me alongar, que realmente não tem como não aprovar, ficar fazendo agora separação. Mas me preocupa, em um segundo momento, essa quantidade de requerimentos. Por exemplo, eu vejo aqui autoridades que, em princípio, não têm nenhuma contribuição a dar, talvez os fatos são de 2005 a 2007. Senão, a gente acaba abrindo muito o leque, desviando-se do foco fundamental.

Mas, em tese, a minha fala é nesse sentido. Corroboro o que disse o Deputado Vanderlei Macris .

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Como último orador desta etapa, concedo a palavra ao Deputado Sebastião Madeira.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Sr. Presidente, acho que esta talvez seja a única CPI, nesses 2 ou 3 anos, que pode se desvincular dessa dicotomia, dessa polarização política. Eu acho que nós poderemos dar uma enorme contribuição para o País jogando um foco de luz sobre a questão da saúde indígena, independentemente de partidos, de posição política. Se começar a trazer outras questões, vamos terminar perdendo a oportunidade de mostrar ao País a situação de uma parte da população que é vista, de modo geral, com extremo preconceito, que é vista até como se fosse não-gente.

Certa vez, lá no Amarante, uma delegação de índios guajajaras me procurou, porque tinham sido presos uns 3 índios que retiveram um carro da FUNASA do Maranhão. Eu liguei para a juíza, e ela disse que eles tinham seqüestrado i, carro. Eu disse, então: *“Doutora, a senhora não pode comparar esse pessoal com seqüestrador de São Paulo, do Rio de Janeiro; acontece que é um gesto de desespero. Estava morrendo muita gente lá de pneumonia, adultos e crianças, e ninguém se importa, eles não são ouvidos”*.

Então, só estou dando exemplo que podemos aproveitar para dar uma contribuição para o Brasil. Essa é uma questão que muitos brasileiros não levam em conta, mas o mundo inteiro leva em conta. Uma nação não pode se dizer civilizada tendo parte do seu povo extremamente fragilizado e sem apoio.



Então, eu sugiro que, tal qual já foi dito, aprovemos, mas que depois estabeleçamos um certo critério de quem é chamado primeiro, de quem é chamado depois para dar essa contribuição. Eu tenho recebido a toda hora apelos do Presidente da FUNASA e de outros, com medo. E eu tenho dito: *“Gente, não fiquem, não tenham medo. Nós não vamos ali fazer perseguição política. Vamos tentar dar uma contribuição positiva”*.

Eu acho que esse deve ser o espírito desta CPI. Foi esse o espírito meu e do Deputado Waldir Neves quando fizemos um requerimento e coletamos assinatura com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não vamos perder a oportunidade tão bem colocada por V.Exa.

Deputado João Magalhães, tem a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGALHÃES - Presidente, concordo plenamente com a aprovação dos requerimentos em bloco, os requerimentos pautados, de 1 a 20. Existem alguns requerimentos apresentados *a posteriori* que não são do nosso conhecimento e serão colocados extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Em discussão...

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Questão de ordem, Deputado Vanderlei Macris.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Eu queria fazer uma sugestão que acho importante para esta Comissão, Sr. Presidente, para que possamos, pelo menos logo no início, ter um roteiro de trabalho dentro de certa lógica. Todos os requerimentos do Deputado Geraldo Resende, e eu os acho inteligentes, muito bem apresentados etc., falam em convidar para depoimento. Eu queria sugerir ao Deputado Geraldo Resende que transformasse o convite em convocação.

Porque, veja bem V.Exa., Sr. Presidente — e aí estabeleceríamos uma regra na Comissão: que todos que vierem à Comissão prestar depoimento sejam fruto de convocação, independentemente de quem seja. Pelo seguinte: se nós fizermos convite, a pessoa não estará obrigada a comparecer. De repente, a gente mobiliza a Comissão, os Deputados fazem uma série de esforços em relação à agenda, a



pessoa não comparece, e não se tem nenhuma possibilidade de recuperar, a não ser de novamente aprovar um pedido de convocação.

Então, eu gostaria de sugerir a V.Exa., e trago isso da experiência de outras CPIs de que participei, que todos os depoimentos sejam feitos sob a forma de convocação e não de convite.

É a sugestão que eu gostaria de fazer à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Vanderlei Macris, vou colocar em pauta a sugestão. Mas antes, sistematizando os nossos trabalhos, vamos deliberar sobre o roteiro elaborado pelo Deputado Vicentinho Alves.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Em discussão...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Relator.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quero apenas esclarecer ao colega Deputado Ilderlei Cordeiro que eu me pautei pelo Regimento. E, pautando-me pelo Regimento, eu tenho que tratar exclusivamente do objeto da CPI, que é a morte de crianças indígenas por subnutrição. Então, não posso estar ampliando o objeto e a data prevista no objeto. Por isso que eu tratei apenas da subnutrição no roteiro.

Com relação à sugestão da Deputada Janete Pietá, nós iremos acatá-la — é de grande valia.

São essas as nossas considerações, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Em discussão...

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Ilderlei Cordeiro.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Com certeza, Sr. Relator, V.Exa. está agindo pelo Regimento. Mas toda vez que for tratar de nutrição indígena, V.Exa. vai descobrir que o foco está a saúde deles. Então, automaticamente, não



tem para onde correr. As ações destinadas à promoção da saúde indígena surtirão efeito, porque há uma preocupação com a subnutrição, automaticamente.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Às vezes, não. Às vezes, pode ser de malária, que não é subnutrição; às vezes pode ser de outra causa.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então!

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, nós vamos tratar apenas da morte de crianças indígenas por subnutrição. Esse é o objeto pelo qual eu, como Relator, irei me pautar, naturalmente guiado pelo Regimento da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Em discussão.
(*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação a proposta de roteiro do Deputado Vicentinho Alves.

Os Srs. Deputados que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovada por unanimidade, com as sugestões encaminhadas no período de discussão, a partir da proposta do Deputado Geraldo Resende.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só mais uma questão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Segunda parte, Deputado Vanderlei Macris, com a palavra.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Uma sugestão ao Deputado Vicentinho Alves.

Que nós definíssemos um dia da semana para os depoimentos e outro para apreciação de requerimentos, para que pudéssemos estabelecer uma rotina de trabalho e todos nós soubéssemos que em dia determinado teremos depoimentos na Comissão.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sugestão digna.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Seria, por exemplo, ou terça ou quarta-feira. Então, toda semana, saberíamos que em determinado dia, ou terça ou quarta-feira, teríamos depoimentos nesta CPI; no outro dia da semana, reunião só para aprovar requerimentos, porque não serão só esses requerimentos que serão apresentados, mas muitos outros. Até por conta da dinâmica do trabalho, muitos



outros requerimentos serão apresentados. E nós não misturaríamos os depoimentos com os requerimentos que serão apresentados na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sugestão recebida para avaliação dos nossos roteiros, a partir da aprovação dos requerimentos.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Sr. Presidente, uma correção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Deputado Sebastião Madeira com a palavra.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - O Requerimento nº 17, de minha autoria, requer a convocação, na qualidade de testemunha, do Presidente do Conselho Indigenista Missionário. Estão me informando aqui que o atual Presidente é D. Erwin Krautler. Então, deve ser substituído o nome que aí está pelo do atual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Já está. Parece-me que o D. Franco Masserdotti já está com Deus.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Inclusive, ele era de Balsas. Vinha numa bicicleta e foi atropelado por um carro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Já está à direita do Pai, com certeza.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Ou à esquerda. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Ou à esquerda. *(Risos.)* Mas era um homem de bem. Que Deus o tenha.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - À direita ou à esquerda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - À direita ou à esquerda.

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Qual é o nome sugerido?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O nome sugerido é outro nome difícil: D. Erwin Krautler. É um nome difícil, mas depois vai para V.Exa., Deputado Pastor Manoel Ferreira.

O Deputado Vanderlei Macris, entre as belas sugestões que ofereceu, sugeriu que nós votássemos em bloco todos os requerimentos que estão pautados na Ordem do Dia.

Eu consulto V.Exas...



O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mas, antes, vamos ouvir o Deputado Dagoberto. Com a palavra S.Exa.

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Eu só queria fazer um apelo, Sr. Presidente, aos colegas que fizeram esses requerimentos. Como aprovamos a proposta do Relator Vicentinho, todos aquelas entidades que não estão previstas aqui para exposição, nas audiências públicas, que fossem retiradas nesse primeiro momento. E outra: as entidades também que têm 4, 5 nomes... Por exemplo, em relação aos representantes da FUNAI, não adianta trazermos 5 pessoas da FUNAI para ficarem discutindo a mesma coisa. A minha sugestão é que, nesse primeiro momento, ouvíssemos os representantes dos Estados. Que o Presidente da FUNAI e o Presidente da FUNASA fossem ouvidos no segundo momento, porque já teríamos apurados os fatos, já teríamos conhecimento do ocorrido e, aí sim, discutiríamos com quem temos que discutir, para objetivamente buscarmos o resultado.

Essa é a proposta que eu queria fazer aos Deputados, para não precisarmos criar o constrangimento de não votar a favor ou contra esses requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Dagoberto, temos legalmente os requerimentos postos. Vamos votá-los, se V.Exas. não aceitarem a proposta do Deputado Dagoberto de retirada. Ao votar o bloco de requerimentos ou os requerimentos individualmente, caberá administrativamente ao Sr. Relator definir a ordem de convocações. Foi isto que este Plenário decidiu.

Ouçó o Deputado Geraldo Resende, para saber se concorda ou discorda da proposta do Deputado Dagoberto.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, entendo que o Deputado Dagoberto tenha preocupação com a agilidade dos trabalhos, mas discordo da proposta dele de ouvir representantes dos Estados, na medida em que, Sr. Presidente, entendo que temos que começar com as autoridades que têm a missão constitucional de cuidar não só da saúde indígena, mas cuidar de todos os outros aspectos que dizem respeito à população indígena.

Eu me contraponho à proposta dele, na medida em que acho que os primeiros depoimentos deverão ser do Presidente da FUNAI e do Presidente da



FUNASA, porque não vamos ouvir pessoas subalternas, ou seja, do segundo, terceiro ou quarto escalões de uma instituição e, depois, ouvir o Presidente da Instituição. Eu acho que, primeiro, precisamos convocar o Presidente — convidar ou convocar, para mim, é questão de somenos importância —, para podermos ouvi-lo; vamos convidar o Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena do Mato Grosso do Sul...

O SR. DEPUTADO DAGOBERTO - Deputado Geraldo, V.Exa. me dá um aparte?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Um minutinho só, Deputado Dagoberto, já o dou ... que eu acho importante, na medida em que ele faz parte, inclusive, da própria comunidade indígena e tem muito a acrescentar, na medida em que vai verificar o andamento das ações que foram feitas ou estão sendo feitas para poder se situar, ou seja, melhorar a situação que existia lá em Mato Grosso do Sul e em outras Unidades da Federação. E eu acho que, com a aprovação dos requerimentos, depois nós vamos dar agilidade. É aquilo que eu volto a repetir. Eu acho a proposta do Deputado Vanderlei Macris correta: vamos fazer a votação dos requerimentos. Mesmo porque isso mostra que quem teve disposição para apresentar os requerimentos, quem foi atrás de dados para poder verificar, dar sugestões, não pode agora ter que retirar esses requerimentos, na medida em que houve agora um novo roteiro. Os requerimentos foram apresentados inclusive antes desse novo roteiro. Então, eu acho que até valorizamos o trabalho dos Parlamentares desta Comissão que estão com o objetivo de subsidiar e de melhorar, para encontrar o melhor caminho para esta Comissão.

Por isso é que eu discordo. Acho que precisamos votar os requerimentos no seu total. Depois, o Presidente e o Relator podem fazer uma pauta daqueles que serão ouvidos primeiro, para depois irmos para os Estados e ouvir os representantes dos municípios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado Sebastião Madeira.

O SR. DEPUTADO SEBASTIÃO MADEIRA - Eu concordo com o Deputado Geraldo Resende. Nós temos de ouvir quem tem autonomia, que executa a política. Se convocarmos pessoas que não têm autonomia, que são subalternas, nós vamos



ficar aqui enxugando gelo, e a possibilidade de ter um resultado convincente para a sociedade, que ajude no objetivo proposto para a CPI, terminará sendo prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nós estamos discutindo a proposta do Deputado Vanderlei Macris de votar em bloco os requerimentos apresentados que constem da Ordem do Dia.

Deputado Urzeni Rocha, com a palavra.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, eu quero sempre me colocar no sentido de colaborar ao máximo. E a minha vida sempre foi muito prática. Eu sempre fui muito prático na vida. Não adiante ficarmos cercando caminhos que não vão levar a lugar nenhum. Volto a insistir: o Deputado Macris foi extremamente correto, foi feliz nas colocações. Acho que V.Exa. tem o perfil de um Presidente moderado, que, com certeza, vai conduzir bem esses trabalhos, porque a minha preocupação é ficar aqui... Nós não começamos o debate político da questão. Isso aqui poderá, às vezes, chegar num ponto de acirramento.

O Deputado Sebastião Madeira foi também muito feliz quando disse que temos que apresentar ao Brasil respostas que a sociedade cobra desta Casa e, agora, desta Comissão sobre essa questão. Agora, é preciso que façamos uma síntese disso aí, é preciso irmos direto ao objetivo.

O Deputado Ilderlei Rocha colocou uma situação para V.Exa., e eu concordo com ele. Eu sou médico: subnutrição é uma doença. Se pegarmos o Código Internacional de Doenças, a doença vai lá estar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - É uma síndrome, melhor. É um conjunto de sinais.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - É uma doença. Desnutrição é uma doença. É uma doença, inclusive, responsável por uma grande mortalidade infantil no mundo. Então, não se pode caminhar só desnutrição. Por exemplo, só para V.Exa. ter uma idéia, em Roraima, no final do ano passado, a Polícia Federal deflagrou uma que prendeu o Presidente da FUNASA, prendeu todo mundo — foram vinte e tantos presos —, por causa de desvios de recursos da saúde indígena. E os indiozinhos morrendo de malária, uma doença facilmente tratável hoje no Brasil. Enfim, acho que V.Exa. vai conduzir isso de uma maneira inteligente e vamos chegar a um bom termo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Todos nós, Deputado Urzeni Rocha.

Nós estamos votando, e eu gostaria de apelar a V.Exas. Temos 20 requerimentos em bloco, sugestão do Deputado Vanderlei Macris.

Deputado Vanderlei Macris, com a palavra V.Exa. para objetivarmos a votação

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, para objetivar, inclusive sobre procedimento. Veja bem, Sr. Presidente: temos aqui 20 requerimentos. Eu queria até sugerir, para ficar mais fácil para compreensão nossa nas próximas reuniões, que a Secretaria dividisse os requerimentos em 3 blocos. O primeiro bloco, requerimentos de convocação. No caso i, Requerimentos n^os 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 11, 12, 15, 16 e 17. Segundo bloco, requerimentos de informação, no caso os Requerimentos n^os 8, 9, 13, 18, 19, 20. E um terceiro, que seriam requerimentos de diligência, e o única que temos é o de n^o 14. E que pudéssemos votá-los em 3 blocos para facilitar a vida da Comissão, até porque, na questão de depoimentos ou de requerimentos, pode ter muitas vezes divergência entre nós sobre qual deles aprovar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Exa. tenta, num tom organizacional, sistematizar os nossos requerimentos. Nós temos algum impedimento de ordem da Secretaria, que é a questão "*por hora e data de apresentação*", com relação a preferências. Mas eu recolho sua sugestão, até para ajudar no trabalho e, sem haver nenhum prejuízo, sistematizá-los de acordo com o que V.Exa. está colocando.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, tem uma extrapauta também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Em relação à extrapauta, nós vamos falar a seguir.

Deputado Waldir Neves, tem a palavra V.Exa., para concluir.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Sr. Presidente, eu gostaria também de, para sermos objetivos, que nos ativéssemos na sugestão que fez o Deputado Dagoberto — muito oportuna —, porque, em verdade, sem querer aqui entrar no mérito, mas eu sei da ligação profunda, por exemplo, do Deputado Geraldo Resende



com os altos dirigentes da FUNAI e da FUNASA, que, se vierem aqui no primeiro momento, vão querer ditar regra, abaixar normas e dar um monte de informações. E nós aqui estamos totalmente desprovidos das informações da base, de quem está lá na ponta, convivendo com a problemática. Daí por que é importante realmente começarmos, nesse primeiro momento, a colher subsídios, porque inclusive não vamos ter nem condição de debater com dirigentes da FUNASA ou da FUNAI, no primeiro momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Em discussão.

Com a palavra o Deputado Pastor Manoel Ferreira.

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Sr. Presidente, eu acho que o primeiro passo é aprovarmos os requerimentos e depois partirmos para as prioridades. Vamos achar os pontos prioritários, e o Relator fará o convite ou a proposta de convocação dentro das prioridades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Estou tentando, Pastor. Confesso o senhor. Mas ouvi o Deputado Geraldo até resguardando o direito que V.Exa. tem, Deputado. Mas espero que concluamos depois do Deputado Geraldo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Primeiro, Sr. Presidente, acho que nós já estamos sem horário. Daqui a pouco começará a Ordem da Dia e não votamos nenhum dos requerimentos.

Em segundo lugar, o Deputado Waldir levanta aqui uma dilação que eu repilo de pronto. Primeiro, não tenho essa ligação com Presidente de FUNAI, nem o conheço, só o vi pelos jornais. Tenho amizade, sim, desde o movimento estudantil, com o Presidente Danilo Forte, da FUNASA, independentemente da questão política. Eu acho que o trabalho que fizemos em 2005 contrapõe todas as assertivas expostas pelo Deputado Waldir Neves. Não estamos aqui num embate político-ideológico. Trouxemos os acontecimentos à Casa na medida em que fizemos um requerimento à Comissão Externa. Inclusive os consultores que trabalham na CPI estiveram conosco lá e sabem como estamos conduzindo tudo de forma a encontrar o caminho para superar essa situação, que deixou nódoas profundas na comunidade indígena de Mato Grosso do Sul e outros Estados.

Então, gostaria de repelir essa insinuação do Deputado Waldir Neves com todo respeito que lhe tenho enquanto Deputado, inclusive ex-colega da Assembléia



Legislativa de Mato Grosso do Sul. Vamos ouvir a autoridade maior — como disse o Deputado Sebastião Madeira há pouco —, pois tem autonomia e a responsabilidade de dizer tudo acerca da Pasta que dirige. Em determinado momento, vamos ouvir pessoas do Estado ou do Município também. Mas, neste primeiro momento, entendo importante ouvirmos a fala oficial dos órgãos que têm a missão de conduzir as políticas relacionadas à questão indígena, não só na área de saúde, mas em outras que, certamente, serão elencadas nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Em votação.

Gostaria de passar também, para conhecimento de V.Exas., uma segunda sugestão do Deputado Macris. V.Exas. têm algum questionamento a fazer sobre modificar a apresentação dos requerimentos? Ou seja, onde se lê convidado leia-se convocado. V.Exa. tem alguma restrição? Ela tem uma repercussão legal necessária até para otimizar os trabalhos da CPI.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não há dificuldade, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Fica aprovado.

Em votação o bloco de requerimentos de nº 1 a 20.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovados os 20 primeiros requerimentos desta Comissão.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Só corrigir o requerimento do Deputado Waldir Neves, até para ajudá-lo, Dourados fica no Mato Grosso do Sul. Está aí Mato Grosso.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Essas correções... Com a palavra V.Exa., Deputado Waldir Neves.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Sr. Presidente, duas coisas. Primeiro, a piada do Deputado Geraldo Resende não tem graça nenhuma. Segundo, que ele está aqui para jogar de zagueiro. Ele, certamente, tem ligações... Tentaram me procurar para me aproximar do Presidente da FUNASA, para me amaciar e ele



estava junto. Então, quero dizer a V.Exa. que esta CPI é política, sim, senão, ela teria sido instalada há 1 ano, porque já estava apta para ser instalada.

Agora, com relação ao erro de grafia, certamente deve ter sido cometido pela assessoria e não tem nenhuma pertinência neste momento.

Quero dizer a V.Exa., no entanto, que V.Exa. fez a votação sem levar em consideração a proposta do Deputado Dagoberto de rever os requerimentos, os mais importantes ou não, e este Plenário não avaliou. Existem duas propostas a serem encaminhadas. Uma do Deputado Geraldo, de ouvir todo mundo; outra do Deputado Dagoberto, que neste primeiro momento ouvíssemos apenas os dirigentes estaduais. V.Exa. não encaminhou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Waldir, só um esclarecimento a V.Exa. Nós aprovamos o relatório do Deputado Vicentinho Alves, depois aprovamos um bloco de requerimentos. O Deputado Dagoberto fez um apelo para que os Deputados autores desses requerimentos, tendo em vista o processo de otimização dos nossos trabalhos, o retirassem. Nenhum dos Srs. Parlamentares retirou qualquer requerimento. Era obrigação desta Presidência colocar os requerimentos em bloco para votar. Agora, vamos sistematizá-los de acordo com a orientação unânime dos Srs. Parlamentares que preferiam — por ordem de preferência — os requerimentos mais importantes.

Esse é um esclarecimento para V.Exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sr. Presidente, exatamente para lembrar e ratificar ao Relator que a primeira parte da colocação do Deputado Dagoberto tem razão. Nos requerimentos, ao se estabelecerem as oitivas, considerar-se-á o roteiro aprovado. Há um roteiro que já aprovamos. Então, deve ser considerado o que nós aprovamos, ainda que não contemple os 24 requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Vou pedir o apoio de V.Exas. aqui. Temos, para concluir esta parte, 6 requerimentos extrapauta, que têm um rito específico. Eu queria passar para esses requerimentos extrapauta para que pudéssemos concluir.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Eu quero levantar uma questão de ordem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - A questão de ordem de V.Exa. tem preferência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Que os referidos requerimentos não fossem apreciados hoje. Já temos 24 requerimentos. Porque senão ficaremos reuniões e mais reuniões aprovando requerimentos. Vamos dar tempo ao Relator para preparar o período, se é terça ou quarta a oitava e a reunião, e depois esses requerimentos. Sou contrário a apreciarmos esses requerimentos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Há uma questão de ordem levantada pelo Deputado Guimarães, que tem preferência na discussão. Antes eu gostaria de ouvir, se for atinente à questão de ordem, porque ela tem preferência, o Deputado Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Também. É que eu acho que no momento em que o Regimento Interno foi cumprido, como obter as assinaturas para serem inseridas na questão de ordem, só se o autor do requerimento não quiser mais que se insira. Há um rito, há um número de assinaturas, foi obtido. A compreensão que eu tenho é que o Regimento Interno deve ser cumprido.

A outra questão para a qual eu tinha me inscrito é no sentido de que a votação em bloco hoje não fosse a regra, mas a exceção, porque em outro momento, qualquer Parlamentar aqui poderá levantar um questionamento dizendo que não aceita. Hoje não tivemos esse problema, porque o Regimento Interno manda que qualquer requerimento seja individual.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Exa tem absoluta razão. Nós fizemos um trabalho ao longo da reunião para consensualizar essa votação. Na questão de ordem do Deputado Guimarães, entende também que temos de obedecer já que nenhum dos Parlamentares... Eu consulto até os Parlamentares se desejam retirar..., aqueles que subscreveram os requerimentos extrapauta se desejam retirá-los. *(Pausa.)*

Não há nenhuma retirada, temos aqui o requerimento do Deputado...

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Sr. Presidente, dentro do campo das prioridades, eu colocaria o Requerimento nº 5. Não. Dentre os aprovados, eu destaco o nº 5 como uma das prioridades, tendo em vista a



convocação do Presidente da Fundação Nacional do Índio, Sr. Márcio Augusto Freitas. Nós começaríamos por aí.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sugestão levada ao Relator.

Os requerimentos extrapauta obedecem a um rito próprio, já constam de subscrições necessárias. A votação terá que ser nominal, requerimento a requerimento. Se os senhores concordarem, dentro dessa flexibilidade que conseguimos construir na votação ordinária, poderíamos fazer uma votação dos requerimentos extrapauta também em bloco. Agora, permitam-me, pelo menos, já que não houve a distribuição, para V.Exas. terem conhecimento de quais são os requerimentos.

O Requerimento que está aqui é do Deputado Geraldo Resende, nº 21, extrapauta. Convite, no caso agora convocação, ao Sr. Procurador-Geral da República Antônio Fernando Barros Silva de Souza. Esse é o requerimento nº 21, extrapauta, do Deputado Geraldo Resende.

O Requerimento nº 22, também do Deputado Geraldo Resende, requer que seja convocado o Sr. Ministro de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

O Requerimento nº 23, também do Deputado Geraldo Resende, requer que seja convocado a prestar informações o Sr. Ministro Carlos Lupi, do Trabalho e Emprego.

O do Deputado Vicentinho, como não há requerimento extrapauta, fica para amanhã.

O Requerimento nº 25, do Ilderlei Cordeiro, requer a convocação do Sr. José Carlos Pereira Lira, Coordenador da FUNASA do Estado do Acre.

O Requerimento nº 26, também extrapauta, convoca o Sr. Ministro Walton Rodrigues, Presidente do Tribunal de Contas da União.

O Requerimento nº 27 convoca a Subprocuradora-Geral da República, Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

Ainda há mais um — deixe-me concluir a leitura.



O Deputado Urzeni Rocha convoca, na qualidade de testemunha — ele aqui qualificou —, o Conselheiro do Conselho Indigenista Missionário Região Norte I, Hidenori Mochizawa. São esses os requerimentos extrapauta.

V.Exas. concordam? Só posso aprová-los em bloco, se houver unanimidade. Isso em obediência ao nosso Regimento. V.Exas. concordam? (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO OSMAR JÚNIOR - Não, Sr. Presidente. Eu não concordo com a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Deputado Osmar não concordou. Vamos votar requerimento a requerimento; nominalmente, senhores. Solicito à Secretaria o municiamento das nossas fichas nominais.

Primeiro requerimento. Requerimento, do Deputado Geraldo Resende, que solicita a convocação do Sr. Procurador-Geral da República Antônio Fernando Barros e Silva de Souza. Sr. Presidente, requeiro a V.Exa., com fulcro no Regimento Interno da Casa, que se digne a convidar o Procurador-Geral da República, para que traga ao conhecimento desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre as ações realizadas pelo Ministério Público Federal, no tocante às sugestões enviadas pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, designada a averiguar *in loco* a morte de crianças indígenas...

Em discussão. (*Pausa.*)

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Para discutir, Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Veja bem a encalacrada que nós podemos nos meter. Aprovamos 24 requerimentos. Temos um roteiro aprovado. Todos falaram que era preciso priorizar as instituições que estão sendo convocadas para prestar depoimentos, e já estamos aprovando esses requerimentos. O Ministério Público Federal, se é para trazer alguém, tem uma pessoa que acompanhou... Qual é a razão, meu caro Geraldo Resende, de convocar o Procurador-Geral da República para esta CPI? Não vejo fundamento nisso. Queria ponderar que o requerimento do Coordenador do Acre, o.k. Mas vamos fazer um acordo, pessoal, porque senão a gente apresenta o requerimento por apresentar, e isso vai embananar a nossa CPI.



Não concordo com esse requerimento, não tenho nada contra o Procurador vir aqui, mas não é objeto, é desnecessário, não vai colaborar com o objeto para o qual criamos a CPI. Por isso, sou contra o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Requerimento contrariado pelo Deputado José Guimarães.

Deputado Waldir.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - Não vou me alongar muito, mas faço as palavras do colega que me antecedeu minhas. Acho que, infelizmente — e fica evidente em cada ação —, é uma tentativa de encher lingüiça. Não vamos chegar a lugar nenhum e nos desviar do objetivo maior. Acho que o Deputado Geraldo está tentando desencaminhar o objetivo da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Biffi com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Vou na mesma direção dos que me antecederam, preocupados. Se tivermos que convocar alguém aqui, temos que convocar o Governador do Estado recém-eleito que suspendeu a cesta de alimentos para a comunidade indígena. Há 8 anos vinha sendo mantido pelo Governo do PT e, no dia 1º de janeiro do ano passado, ele simplesmente suspendeu as cestas, agravando ainda mais a situação, mas nem por isso vamos fazer a guerra política aqui. Então, vou nessa mesma direção. Temos que enxugar esses requerimentos para que efetivamente possamos nos centrar no objeto da CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Urzeni Rocha.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, sem muita delonga. V.Exa. preste atenção que a minha preocupação, na minha primeira intervenção, já era essa. Eu sabia que isso ia acontecer. Se a gente não centrar o foco naquilo que queremos, não vamos chegar a lugar nenhum. Vamos convocar, daqui a pouco, modelo que vai prestar depoimento se na aldeia indígena tem desfile de moda também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Geraldo.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, gostaria de contrariar os colegas Deputados que já se posicionaram contra o requerimento.



Tenho certeza absoluta que, ao me ouvir, eles farão uma reflexão e inclusive apontarão uma direção de apoio.

Primeiro, a Comissão Externa fez vários levantamentos. A Relatora, Deputada Perpétua Almeida, do Acre inclusive fez um trabalho magnífico que está de posse dos Deputados. Acho que eles poderiam inclusive dar uma lida tanto no relatório da CPI da Assembléia Legislativa de Mato Grosso do Sul como no da Comissão Externa. Naquele momento foram apontadas diversas irregularidades, diversas situações que têm impacto na questão da morte das crianças indígenas, e foi remetida ao Procurador-Geral da República, que, durante esses 2 anos, deve ter tomado algumas providências. Inclusive existe na própria Procuradoria-Geral da República... Aí, sim, concordo que possamos verificar qual dos dois poderá vir aqui, se o Procurador-Geral, Dr. Antônio, ou se a Procuradora, Dra. Deborah, que tem uma subseção no próprio Ministério Público Federal responsável pelos direitos dos índios e das minorias.

Se quisermos levar a sério este trabalho e não ficar nessas contendas que não levam a nada, precisamos verificar o andamento que se deu àquilo que aflorou desta Casa e que é um documento oficial da Casa. Foi uma Comissão inclusive que teve todo o apoio da Casa na Legislatura passada. Certamente o Procurador-Geral ou a Procuradora poderão nos dar munição suficiente para ver o que foi verificado lá.

Primeiro, a questão que a Comissão Externa levou e que tem impacto, o alcoolismo. Uma situação que leva a desajustes familiares e que tem implicação inclusive com a troca da cesta básica, fornecida pelo Governo Federal, pelo Ministério do Desenvolvimento Social — e daqui a pouco vamos chegar à troca de álcool; no Mato Grosso do Sul isso é comum. Logicamente isso desagrega a família, e a desagregação familiar leve, conseqüentemente, os índios a não fornecerem a adequada alimentação para as suas crianças.

Segundo, a questão de retenção de cartões de todas essas políticas sociais que existe hoje no Governo Federal. Os comerciantes retêm os cartões. O Ministério Público Federal ficou de fazer a investigação. A questão de financiamento com cartões utilizados por maus comerciantes. O cartão retido faz com que eles cometam fraudes, inclusive fazendo empréstimos em nome da população indígena.



Terceiro, a questão da exigüidade de terras. O Ministério Público Federal, através da Procuradora, foi instado a se manifestar.

E a questão da mão-de-obra escrava, análoga ao trabalho escravo. Muitas usinas de Mato Grosso do Sul utilizam a população indígena, fazendo com que eles fiquem vários meses fora da comunidade indígena. Isso também leva à desagregação e, conseqüentemente, tem impacto na situação que vamos averiguar, se quisermos de fato fazer uma CPI para valer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Marcio Junqueira, V.Exa. tem a palavra, para discutir o requerimento do Deputado Geraldo Resende, que pede a convocação do Procurador-Geral da República.

O SR. DEPUTADO MARCIO JUNQUEIRA - Sr. Presidente, só colaborando com o que já foi dito. Quando o Urzeni coloca que temos que ter cuidado em não perder o foco da investigação, sou obrigado a concordar, tanto com ele como com o Deputado José Guimarães, porque, ao observar os requerimentos já aprovados, vemos que, para iniciar, já contamos aí com números possíveis de se esclarecer o objeto desta CPI.

Naturalmente que o Deputado Geraldo tem suas razões, mas não será aqui, só agora, que nós vamos resolver o problema indígena deste País. O problema indígena do País é gravíssimo — nós sabemos disso. Eu e o Urzeni, nós vivemos num Estado indígena, com 52 reservas. Hoje, para eles conseguirem saúde estão seqüestrando avião. Mas nem por isso nós podemos transformar a CPI, que tem como objeto investigar as causas e as conseqüências dos responsáveis pela morte das crianças indígenas de subnutrição no Mato Grosso.

Penso eu que ali, no momento em que esta CPI conseguir dar uma resposta rápida à sociedade, Deputado, aí sim, nós estaremos habilitados a irmos, num segundo momento, mais fundo. É necessário se discutir a questão indígena de forma ampla — e hoje nós estamos dando um passo nesse sentido. Agora, também não podemos achar que vamos resolver tudo aqui, de uma vez, porque não vamos conseguir. Vamos cair no ostracismo, vai se tornar uma CPI longa, porque já diziam os mais velhos aqui que CPI só se sabe como começa, não se sabe como termina. E é fato. Se não formos objetivos, vamos passar talvez o ano todo e não vamos dar uma resposta precisa a essa questão.



Portanto, eu acompanho o Urzeni e o José Guimarães.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Dr. Rosinha, como último inscrito neste debate.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu fui até a Mesa para pegar o requerimento que foi apresentado para ver a justificativa da convocação do Sr. Procurador-Geral. E gostaria até da atenção dos nobres pares porque ali, na justificativa, está esclarecido que foi enviada cópia do relatório final da Comissão Externa ao Ministério Público, solicitando que ele viesse até aqui no sentido de promover inquérito para esclarecer, ou promover inquérito de ação civil pública em defesa dos direitos e interesses das populações indígenas, retenção de cartões magnéticos dos aposentados em estabelecimentos comerciais, financiamentos bancários feitos por comerciantes em nome dos aposentados, favorecimento do alcoolismo... E são várias as questões que levantou naquela ocasião. E foi enviado a ele, que seria para que ele explicasse isso, quais as providências tomadas.

Eu acho, Deputado Geraldo Resende, que nós poderíamos mudar o foco: ao invés de convocá-lo, que nós solicitemos por escrito, num requerimento, quais foram as ações que ele tomou em relação àquilo que já foi feito, à denúncia lá atrás, e que ele não fez. Se ele não fez nenhuma ação, nós vamos convocá-lo para saber por que ele não fez a ação lá atrás. Mas, agora, só para ele vir aqui, não.

Então, eu peço ao Deputado Geraldo Resende que formule questões no sentido de quais foram as ações feitas pelo Ministério Público em função daquilo lá atrás. Se ele não fez, aí sim, vamos ter que convocá-lo, até para ele explicar por que ele não fez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Sugestão do Deputado Dr. Rosinha — o Deputado Geraldo concorda?

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Estou concordando, eu só solicito que o consultor da Casa faça transformar, pedindo informações acerca dessas situações elaboradas, e não precise da vinda dele aqui, mostrando claramente... Inclusive, o Deputado Dr. Rosinha só leu o § 1º. Seria importante que os Deputados lessem o § 3º, em que nós solicitamos que o Ministério Público fizesse inquérito e ação civil pública em defesa dos direitos e interesses das populações



indígenas que tenham sido vitimadas por desnutrição, com imputação de responsabilidade da autoridade, ou órgão competente. Ou seja, aquilo que é o objetivo desta CPI já foi pedido em 2005, Deputado Sebastião Madeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - A sugestão do Deputado Dr. Rosinha foi aceita. Fica retirado, fica substituído, retirado o requerimento para a apresentação de um requerimento de informação.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não. Só pedindo que seja modificado o requerimento para a gente votar um acordo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - A título de informação.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - ...pedindo informações acerca dessas situações elencadas aí.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Veja se há consenso: o requerimento, este requerimento está retirado, e vai ser feito um novo requerimento, com pedido de informação. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Essa foi a... Deputado Dr. Rosinha, a sugestão de V.Exa...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Não, essa não é a sugestão do Deputado Dr. Rosinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Geraldo, permita-me V.Exa.

Deputado Dr. Rosinha, a sugestão de V.Exa. foi a substituição deste requerimento convocatório por um requerimento de informação acerca das providências do Ministério Público Federal, acerca de tais procedimentos argüidos pela Comissão — não foi isso?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - A transformação deste requerimento de convocação por um requerimento de informação — essa foi a sugestão de V.Exa.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Exa. concorda, Deputado Geraldo? Sim ou não?



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Estou concordando, mas só o lapso de tempo que nós não estamos entendendo. Eu estou entendendo que a gente aprovaria nesta sessão esse pedido de informação. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordarem permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, Sr. Presidente... Vamos...Maior reflexão.

Pelo que eu sei, nós teremos reuniões esta semana outra vez. Ele pode apresentar... Já houve o debate hoje, vai ser aprovado praticamente com consenso, que o debate já ocorreu. Fazer a coisa mais correta, porque corre o risco de ser derrotado aqui, daqui a pouco, um requerimento por falta de atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Retira e apresenta... O Deputado Geraldo já concordou. Retirado o requerimento.

Requerimento seguinte. *(Pausa.)*

A secretaria me informa, Deputado Dr. Rosinha, que alterou a numeração do requerimento. V.Exa. discutiu o nº 27, e nós estávamos discutindo o nº 21.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O nº 21.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Era o nº 21?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O nº 21. O nº 27 é o nº 21. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mais desculpas do nosso secretário.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - É que depois vou discutir o nº 27 também.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - O nº 27 já está prejudicado também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O nº 27 vem na mesma linha.

O Requerimento nº 22. Vamos lá, vamos ao próximo agora.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Macris, o de nº 22... Vamos ler o de nº 22, até tentando...



O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Agilizar, é claro. Mas, a próxima vez, se pudermos ter cópias já antecipadas dos requerimentos na mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu peço desculpas a V.Exa., porque estes requerimentos são extrapauta. Eles chegaram neste exato momento, no início da Comissão.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Requerimento nº 22 é do Deputado Geraldo Resende também. Ele convoca agora, ou convida a prestar informações o nosso Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, até para ajudar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu acho que ainda não é hora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra o Deputado autor do requerimento.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Até para ajudar, Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eu acho que não é hora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Dr. Rosinha. Deputado Geraldo, a palavra está assegurada a V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Até para ajudar, para a gente agilizar os trabalhos, eu retiro os requerimentos apresentados e vou pedir somente, por ofício, as informações acerca das decisões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O mesmo procedimento anterior, do Deputado Geraldo.

Requerimento seguinte.

O Deputado Geraldo convoca o Ministro Lupi... A mesma providência, Deputado Geraldo?

Todos? (*Pausa.*)

Requerimento seguinte. O Requerimento nº 25, do Deputado Ilderlei Cordeiro.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Mantenho o requerimento de convidar o Presidente do Tribunal de Contas da União.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Esse ainda não entrou em pauta. O último era o do Ministro Lupi.

O Requerimento nº 25 é do Deputado Ilderlei Cordeiro, que convoca José Carlos Pereira, que é Coordenador da FUNASA no Estado de S.Exa., o Estado do Acre.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Desculpem-me V.Exas. Permitam-me: para ele entrar em pauta, vamos votá-lo nominalmente. Extrapauta tem de ter votação nominal.

Vamos fazer votação nominal.

Titulares.

Coligação PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB.

Deputado Antônio Carlos Biffi. *(Pausa.)*

Deputado Carlos Souza. *(Pausa.)*

Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Deputado Geraldo Resende. *(Pausa.)*

Convocando o Coordenador da FUNASA no Acre. *(Pausa.)*

A favor.

Deputada Janete.

A SRA. DEPUTADA JANETE ROCHA PIETÁ - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado João Magalhães. *(Pausa.)*

Deputado Pastor Manoel Ferreira. *(Pausa.)*

Deputado José Guimarães.

O SR. DEPUTADO JOSÉ GUIMARÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputada Rebecca Garcia. *(Pausa.)*

Deputado Vicentinho. *(Pausa.)*



PSDB/DEM/PPS.

Deputado Davi. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Não está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Ilderlei Cordeiro.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Marcio Junqueira. *(Pausa.)*

Deputado Madeira. *(Pausa.)*

Deputado Urzeni.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Aprovo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Waldir. *(Pausa.)*

PSB/PDT/PCdoB/PMN.

Deputado Dagoberto. *(Pausa.)*

Deputado Osmar. *(Pausa.)*

PV.

Deputado Edson. *(Pausa.)*

PRB.

Deputado Cleber Verde. *(Pausa.)*

Suplentes.

Coligação PMDB.

Deputado Aníbal. *(Pausa.)*

Deputado Bernardo. *(Pausa.)*

Deputado Joaquim Beltrão. *(Pausa.)*

Deputado Jusmari Oliveira. *(Pausa.)*

Suplentes da coligação PSDB/DEM/PPS.

Deputado Mendes Thame. *(Pausa.)*

Concorda.



Deputado Bruno Araújo. *(Pausa.)*

Deputado Macris. *(Pausa.)*

Sim.

Suplentes do PV.

Deputado Edigar Mão Branca. *(Pausa.)*

Ausente.

Aprovada por unanimidade a inclusão do Requerimento nº 25, do Deputado Ilderlei Cordeiro.

Em discussão. *(Pausa.)*

O Deputado Ilderlei Cordeiro quer discutir?

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sim, Presidente. Só queria entrar com um item também que, como os demais, é como convocado e não convidado — não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Convocado.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então, está bom, Presidente.

E só quero informar que eu estou convidando o Coordenador da FUNASA, porque realmente no Acre há 10 mil índios lá, e os casos de mortalidade infantil são 3 vezes maiores do que os não-índios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Aqui a sua redação já contempla a convocação, Deputado.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

Requerimento seguinte, nº 26. O Presidente do TCU, agora.

O SR. DEPUTADO WALDIR NEVES - O Deputado Geraldo Resende vai dar uma contribuição para a CPI, vai retirar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Geraldo Resende, no Requerimento nº 26, S.Exa. solicita a prestar informações o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

Com a palavra V.Exa., na discussão, para defender o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS BIFFI - Sr. Presidente, ele vai retirar, mas pede 10 minutos para fazer a explicação.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Com a palavra V.Exa.

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Eu vou acoplar esse requerimento no requerimento do Deputado Sebastião Madeira, que ele apresentou nesta sessão, solicitando informações acerca das auditorias feitas pelo Tribunal de Contas da União acerca de convênios celebrados quanto à questão da FUNASA junto a instituições responsáveis pela saúde indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O requerimento de V.Exa. fica, a partir de agora, apensado ao requerimento do Deputado Madeira, sobre o mesmo assunto, através de informações já aprovadas na Casa.

Requerimento seguinte.

Também de V.Exa., Deputado Geraldo, convoca à prestação de informações a Subprocuradora-Geral da República, Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira.

Procedimento igual? Transforma em requerimento de informações? Esse requerimento de informações já está contemplado pelo...

O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Requerimento de informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Mais algum requerimento?

Tem mais um, Excelências.

Último requerimento, nº 28. Requerimento do Deputado Urzeni Rocha. É aquela convocação do conselheiro de nome bem difícil, Hidenori Mochiizawa, Conselheiro Indianista Missionário da Região Norte.

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nós vamos primeiro fazer a votação nominal...

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - É só para fazer uma correção: é Conselho Indigenista Missionário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Está aqui, Deputado. É o conselheiro. Mas aqui está escrito "Conselheiro do Conselho".

O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Isso. Perfeito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Vamos à votação nominal para a inclusão desse requerimento.



O SR. DEPUTADO GERALDO RESENDE - Sr. Presidente, só fazer um questionamento até para o Deputado Urzeni. Nós há pouco aprovamos um requerimento solicitando a convocação do Presidente do Conselho Indigenista Missionário, do CIMI — do Deputado Sebastião Madeira — que é bispo. O novo, aquele que veio substituir o falecido. Nós vamos convocar alguém que é ligado ao Conselho Indigenista Missionário de um Estado do Norte. Daqui a pouco nós apresentaremos também convocando o de Mato Grosso do Sul ou de Mato Grosso. Eu acho que é aquilo que alguns Deputados levantaram aí. Eu acho que a gente precisa fazer um enxugamento desses requerimentos de fato para não apresentar. Se eu retirei alguns requerimentos com esse objetivo, ou seja, de não poder ficar a convocação de vários entes, que às vezes estão subalternos ou são de segundo escalão, de terceiro escalão, na medida em que nós aprovamos o requerimento convidando o Presidente do Conselho Indigenista Missionário, a gente estará realmente fazendo uma redundância convocando as representações estaduais.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, só uma questão. Eu vejo o seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Macris com a palavra, para efeito de taquigrafia.

O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Só para corroborar a manifestação do meu colega Urzeni. Eu acho que esse requerimento tem muito a ver com o nosso trabalho aqui. Não necessariamente nesse momento poderá ser chamado. É o que eu disse. V.Exa. e o Relator terão o bom senso necessário para estabelecer uma pauta lógica nesse processo de convocações. O importante é que seja convocado, que esteja aí, que esteja à disposição da Comissão para comparecer no momento oportuno. De repente, vem aí o superior dele, e será importante uma pessoa que está na base, até para poder contestá-lo, se for o caso, ou dar uma versão diferente do que está acontecendo. Mas isso ficaria por conta de um processo que V.Exa. vai analisar.

Então, eu quero defender a posição do meu companheiro Urzeni de que seja votado isso favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Deputado Urzeni.



O SR. DEPUTADO URZENI ROCHA - Sr. Presidente, a minha preocupação foi exatamente essa que o Deputado Macris tão bem colocou agora. A convocação do Presidente do CIMI, do Conselho Indigenista Missionário, talvez não retrate a realidade daquilo que nós estamos buscando, porque o Presidente do CIMI não convive no dia-a-dia com essa realidade dos indígenas. E o CIMI é um Conselho, é uma ONG, todos nós sabemos, que convive com os indígenas secularmente e sabe da realidade, sabe por que os indígenas estão morrendo, sabe a realidade de cada aldeia. Então, eu estou convocando o Conselheiro da Região Norte exatamente porque é aquela pessoa que tem as melhores e mais verdadeiras informações a respeito dessas questões que nós estamos buscando. Portanto, eu acho de fundamental importância a presença e o testemunho. Ele está sendo convocado como testemunha da realidade da questão indígena brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - V.Exa. mantém o requerimento.

Passamos no caso à votação.

Deputado Antônio Carlos Biffi. *(Pausa.)*

Contra. Eu solicito à Secretaria, por favor, para acompanhar a votação, senão...

Começamos a colher os votos.

Deputado Biffi posicionou-se contra.

Deputado Carlos Souza.

Deputado Dr. Rosinha, a posição de V.Exa. a respeito da inclusão de pauta do requerimento do Deputado Urzeni Rocha. *(Pausa.)*

Sim.

Deputado Edio Lopes.

Deputado Geraldo Resende. *(Pausa.)*

Sim.

Deputada Janete Rocha Pietá. *(Pausa.)*

Sim.

Deputado João Magalhães.

Deputado José Guimarães. *(Pausa.)*

Sim.



Deputado Pastor Manoel Ferreira. *(Pausa.)*

Sim.

Deputado Vicentinho Alves. *(Pausa.)*

Sim.

Deputado Davi.

Deputado Francisco Rodrigues.

Deputado Ilderlei Cordeiro. *(Pausa.)*

Sim.

Deputado Marcio Junqueira.

Deputado Sebastião Madeira.

Deputado Urzeni Rocha.

Deputado Valdir Neves.

Deputado Dagoberto.

Deputado Osmar Júnior.

Na suplência.

Deputado Mendes Thame. *(Pausa.)*

Sim.

Deputado Vanderlei Macris. *(Pausa.)*

Sim.

Aprovada a inclusão por unanimidade.

Nós já nos antecipamos na discussão.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado por unanimidade.

O último requerimento incluso. Vinte e dois ou vinte e três requerimentos nós aprovamos hoje.

O Sr. Relator com a palavra para prestar mais algum esclarecimento.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Eu apenas quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O Relator ficará agora com todos os requerimentos aprovados para cumprir as sugestões de V.Exas.,



fazendo uma sistematização dos principais requerimentos e as providências que nós vamos tomar.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Eu sugiro, Sr. Presidente, que, na quinta-feira, V.Exa., na condição de Presidente, em conjunto com todos os consultores e esse Relator, que a gente possa se reunir na quinta-feira pela manhã, às 9h.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Reunião administrativa quinta-feira. Convoco V.Exas. para reunião na próxima terça-feira, às 14h, com o apelo de chegar neste horário para que a gente possa produzir ainda mais.

Deputado Madeira, terça-feira, às 14h.

Não havendo mais nenhuma sugestão, encerramos a reunião, convocando a próxima para terça-feira, às 14h.

Fiquem com Deus. Boa-tarde.